

Um superarrocho

VICENTE NUNES

ENVIADO ESPECIAL

Campos do Jordão (SP) – Se realmente quiser manter a blindagem da política econômica, em meio ao turbilhão político que varre o país, o presidente Lula terá que aumentar o superávit primário (receitas menos despesas, antes do pagamento dos juros da dívida) dos atuais 4,25% para pelo menos 5% do Produto Interno Bruto (PIB). O aviso foi dado por três dos principais economistas brasileiros: Affonso Celso Pastore (ex-presidente do Banco Central), Sérgio Werlang (diretor-executivo do Banco Itaú) e Paulo Leme (do banco americano Goldman Sachs), durante um acalorado debate sobre o futuro da economia brasileira, no II Congresso Internacional de Derivativos.

Na avaliação de Werlang, apesar de o país estar há sete anos registrando superávits primários, o esforço fiscal não tem sido suficientemente forte para derrubar, com maior vigor, a relação entre a dívida pública e o PIB. Segundo ele, enquanto o endividamento bruto brasileiro representa quase 72% de todas as riquezas produzidas pelo país em um ano, essa relação é de apenas 34,8% na média dos países emergentes apontados como recomendáveis para investimentos (*investment grade*) pelas agências de classificação de risco.

“O ideal seria que o superávit primário fosse ampliado para 6% do PIB, o que levaria o Brasil, em pouquíssimos anos, ao tão sonhando déficit nominal zero (*que leva em conta os gastos com juros*)”, disse o diretor do Itaú. Ele afirmou ainda que, se o país dependesse somente das contas externas para ser classificado como *investment grade*, esse patamar seria alcançado já em 2007, devido aos excelentes resultados acumulados nos últimos anos. Em 2001, o país registrava um rombo superior a US\$ 20 bilhões nas transações correntes com o exterior. Neste ano, essa rubrica ficará positiva em cerca de US\$ 15 bilhões.

Pontos frágeis

Mais exigente, Paulo Leme afirmou que, sozinho, o aumento do superávit primário não reduzirá toda a vulnerabilidade das contas públicas brasileiras. “Uma elevação isolada do superávit para cerca de 5% do PIB é melhor do que nada. Mas o ideal seria que esse

aumento viesse acompanhado de um conjunto de medidas que tornasse a política econômica mais eficiente”, destacou. No entender de Leme, existem, hoje, vários pontos de fragilidade que tem minimizado muito os efeitos do ajuste fiscal. “É isso que sobrecarrega a política de juros e obriga o Banco Central a trabalhar com taxas tão elevadas”, destacou.

De acordo com o economista do Goldman Sachs, para ganhar credibilidade, o superávit primário maior deverá ser resultado de um corte nos gastos e não do aumento de impostos. Além disso, o governo deveria retomar os pro-

jetos para reduzir os rombos na Previdência, sobretudo a do setor público; aprovar a autonomia do Banco Central; conter o aumento de salários dos servidores públicos; corrigir a política de crédito e acelerar o processo de abertura da economia. “É melhor seguir nesse

caminho do que ficar atribuindo todas as dificuldades da economia à crise política”, assinalou.

Desempenho medíocre

Na opinião de Pastore, sem um ajuste fiscal mais forte, que passe, principalmente, pela reversão do déficit previdenciário, o Brasil está condenado a taxas de crescimento medíocres. “Não adianta dar porrada no Banco Central para baixas juros na marra e, assim, reduzir o aperto monetário. Pode fazer o discurso que quiser, mas o BC é muito mais competente que seus críticos. O que tem que fazer é atacar a política fiscal, atacar as reformas que estão pendentes. Se esse caminho é difícil, concentre as energias. Não dá para sentar na calçada e reclamar que as coisas são impossíveis”, disse.

Para reforçar seu discurso, o ex-presidente do BC citou o exemplo do Chile, que, no início da década de 90, tinha uma relação entre a dívida e o PIB acima de 60%. Esse percentual foi reduzido para 7% há dois anos, devido a um esforço fiscal e à reforma da Previdência. “Tivemos avanços na Previdência nos governos Fernando Henrique e Lula. Mas nunca se tocou em um assunto importante: a idade da aposentadoria, que continua a mesma de 20 anos atrás, apesar de as pessoas viverem muito mais.” São fatores como esse que podem limitar o crescimento do Brasil nos próximos anos. Em 2005, a expansão do PIB será de 3%, contra quase 7% dos países emergentes.

economia - Brasil

